

Seminário no Araguaia defende anistia, memória e justiça

Seminário no Araguaia defende anistia, memória e justiça 31 de Maio de 2017 , 6:21

Seminário no Araguaia defende anistia, memória e justiça

Aconteceu nos dias 19 e 20 de maio em Marabá no sudeste paraense, o 1º Seminário Nacional de Memória, Anistia e Direitos Humanos do Araguaia. A atividade busca resgatar a história do Araguaia, um dos mais importantes focos de resistência contra a ditadura militar.

Por Moisés Alves, de Marabá



População resgatou a história de resistência e luta dos povos do Araguaia contra a ditadura militar (Foto: Moisés Alves)

O evento foi organizado por entidades dos movimentos sociais ligados as lutas pelos Direitos Humanos no qual estiveram à frente, o Instituto Paulo Fonteles – IPF; a Comissão da Verdade do Pará, a Fundação Mauricio Grabois – FMG e a Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia. O evento contou também com o apoio da Universidade do Sul e do Sudeste do Pará – UNIFESSPA; da Câmara Municipal de Marabá; da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos; do

Ministério Público Federal; da Comissão de Anistia; da Comissão Pastoral da Terra e do PCdoB.

Esse momento também contribuiu para a reflexão histórica sobre os processos de reparação do legado de violações de direitos humanos cometidos durante esse período nessa parte do Brasil. Um momento para reconhecermos os deveres do Estado – estabelecidos dentro do conceito de justiça de transição e ao mesmo tempo, um momento também de elaboração de políticas de memória como instrumento de reparação e justiça. Um momento histórico, onde destacamos testemunhos importantes que colaboram para a sensibilização da importância do exercício da cidadania, da democracia e do respeito aos direitos humanos.

Diversas caravanas de vários municípios da Região vieram contribuir com o evento como os camponeses de São Geraldo do Araguaia e os indígenas Aikewara-Surui, os camponeses e trabalhadores rurais de Palestina do Pará, Brejo Grande, Conceição do Araguaia, Rio Maria, Xinguara, São Domingos do Araguaia, Marabá e militantes do movimento social e do Partido Comunista do Brasil que vieram de Belém da capital paraense.

Para Paulo Fonteles Filho, um dos organizadores do seminário, afirmou que esse é o momento em que o país se encontra com a verdade e com a justiça em memória dos que tombaram enfrentando a grilagem, o latifúndio e a ditadura, realizando as Guerras Camponesas, por liberdade e democracia.

“Nós temos aqui o João de Deus que liderou a Guerra dos Perdidos no Araguaia, que com o debate da guerrilha a reação e o poder econômico tentaram se impor na região expulsando os lavradores das terras, e assim conhecemos uma parte da História do Pará com a Guerra dos Perdidos, a Guerra do Cajueiro e um conjunto de guerras camponesas que também precisam ser reconhecidas por nós” frisou Fonteles.

“Quando nós pensamos na luta pela localização dos desaparecidos políticos da Guerrilha do Araguaia, e quando pensamos no tombamento da Casa Azul é para fazer com que a sociedade brasileira, a consciência brasileira, os aspectos mais importantes e mais refinados de nossa consciência não se percam, essa é uma tarefa histórica. É uma tarefa em que nós estamos enfrentando um presidente impostor que vai cair, o golpista Temer! Esse sujeito vai cair, ele rebaixou a luta para localizar os desaparecidos políticos, indeferindo os processos dos camponeses na comissão de anistia além de fazer uma mudança enfraquecendo essa comissão da verdade”. Concluiu Fonteles Filho.

Ato Político

Ainda no dia 19, o evento contou com um grande ato político pela passagem dos 45 Anos da Guerrilha do Araguaia, com a presença do presidente estadual e

membro do Comitê Central do PCdoB, Jorge Panzera, do deputado federal do Psol, Edmilson Rodrigues, do escritor e jornalista Eduardo Reina, do deputado estadual do PCdoB do Pará, Lélío Costa, da Dra. Juliana Fonteles da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Sezostrys Alves da Associação dos Torturados na Guerrilha do Araguaia; Gilson Dias, vereador do PCdoB em Marabá, o deputado federal Zé Geraldo do PT, Osvaldo Bertolino representando a direção nacional da Fundação Mauricio Grabois, do presidente da Assembleia Legislativa do estado do Pará, Marcio Miranda e de Maurilio Monteiro, reitor da Universidade do Sul e do Sudeste do Pará – Unifesspa.

Lélío Costa fez uma saudação ao Instituto Paulo Fonteles pela realização do evento e a todos que estavam presentes no plenário e aos que estavam assistindo nas redes sociais.



(Foto:Moisés Alves)

“Queria também fazer uma saudação especial ao colega Marcio Miranda presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, pois tem sido um presidente republicano e democrático em sua gestão, respeitando as diferenças e a diversidade, sai de Belém para prestar sua homenagem e solidariedade ao PCdoB, a esse seminário e aos 45 anos Guerrilha do Araguaia” afirmou Lélío.

O Deputado ainda falou da situação conjuntural e fez um resgate da memória dos que tombaram na Guerrilha do Araguaia, uma lembrança histórica difícil mais que precisa ser resgatada. Não é a toa que seu mandato fez um Projeto de Lei, fazendo

com que a Guerrilha do Araguaia posasse a compor o conteúdo programático das escolas do Estado do Pará.

O presidente da Assembleia Legislativa do Pará, Marcio Miranda, fez uma saudação a esse momento especial ao presidente Paulinho Fonteles do Instituto Paulo Fonteles de Direitos Humanos pela realização do evento, pois fazer um seminário nacional no Pará já é difícil e fazer no interior do Pará é mais complexo.

“Em respeito a toda essa história que a Guerrilha do Araguaia que representa a memória brasileira da luta contra a ditadura eu não poderia deixar de participar. Também convidei o Dr. Tiago da Alepa para levantar o acervo que existe no parlamento paraense sobre a Guerrilha do Araguaia e encontramos vários depoimentos do Ex-Deputado Paulo Fontes entre outros, no qual iremos fazer uma Carta Compromisso com o Instituto para que possamos resgatar e digitalizar o que houver no parlamento paraense sobre esse tema” Concluiu o presidente da Assembleia Legislativa Marcio Miranda.

O presidente estadual do PCdoB paraense Jorge Panzera, falou que a Guerrilha do Araguaia foi um momento sublime da história de nosso país por isso estamos celebrado e comemorando a causa da democracia e da liberdade.

“nesse momento que estamos vivendo dramático da vida nacional é um momento que precisamos construir novos caminhos de transformação, nos imbuindo no espírito dos guerrilheiros do Araguaia”

“Nós vivemos atualmente uma doença profunda na sociedade brasileira que vai destruindo o Brasil enquanto nação foi assim também em 64, pelos mesmos motivos dizendo que o motivo era o combate a corrupção. É preciso resistir e lutar pela democracia e pela liberdade” afirmou Panzera.

“A luta que vamos travar é dura e complexa porém é preciso entender o Brasil de hoje, com a disputa política que temos atualmente, com as pessoas e as lideranças desse cenário, precisamos levar isso em consideração. Existe um movimento que busca substituir a política e a democracia, pactuado entre a mídia golpista, setores internacionais, e também setores de corporações do Estado brasileiro, que visam acima de tudo entregar nossas riquezas, eles querem destruir um sonho de país livre e soberano, é preciso assim como os guerrilheiros do Araguaia, resistir e lutar por um país livre, democrático e soberano, entendendo que precisamos unir todos os progressistas que quiserem encampar essa luta, Viva o PCdoB! Viva a Guerrilha do Araguaia! Vamos a luta!” concluiu Panzera.

O evento ainda aprovou a Carta de Marabá que busca selar o compromisso de organizar a luta pelo resgate da memória, da verdade e da justiça, conquistando a anistia e reparação a todos os que sofreram perseguições do Estado brasileiro naquele período.

Leia o documento na íntegra:

Carta de Marabá

Somos centenas de homens e mulheres, retirantes dos largos sertões brasileiros, filhos das grotas e das corrutelas, das matas e da alargada pobreza, somos a humanidade do caudaloso Araguaia, rio largo dos Karajás, dos garimpos, aldeias indígenas e castanhais.

Por todo um período histórico fomos atingidos violentamente quando, em 1972, tropas militares ensandecidas invadiram a região, palmilharam nossas casas e roças, perseguindo a nós e aos nossos amigos na qual chamávamos carinhosamente de “Povo da Mata” e que depois se tornariam guerrilheiros lutando pela insurgente liberdade.

Nesse processo o regime se voltou contra os guerrilheiros e, também, contra nós, camponeses e indígenas. Pudemos conhecer a tortura, o pau-de-arara, o confinamento, nossas filhas foram violadas e fomos atingidos naquilo que para nós é mais sagrado, a dignidade.

Nossas poucas terras foram tomadas e nos submeteram a miséria.

Transformaram-nos em rastejadores para caçar quem sempre nos teve respeito e solidariedade.

Se temos na atualidade, direito ao voto e à organização, se os sindicatos tem autonomia, se os trabalhadores podem reivindicar direitos e se não há mais censuras e exílios é porque muitos lutaram e morreram num combate sempre desigual contra as forças de segurança da ditadura militar.

Uma dívida histórica o Brasil têm para conosco, camponeses e indígenas dos sertões do Araguaia.

Uma dívida reconhecida, cantada em verso e prosa, anunciada pelas mais altas autoridades do país.

Acontece que a democracia no Brasil foi assaltada e gangsteres assumiram a condução do país.

No bojo do desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, à esteira do esgarçamento da política indigenista, diante do recrudescimento da violência política na Amazônia paraense, da criminalização dos movimentos sociais e da luta pelos direitos humanos é que denunciamos que o governo ilegítimo e corrupto de Temer promove um retrocesso na pauta da Justiça de Transição e uma de suas primeiras medidas foi intervir na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça - órgão do Estado brasileiro responsável pelas políticas de reparação e memória para as vítimas da ditadura civil-militar - e vários membros, históricos, foram exonerados de suas funções.

O resultado do intento golpista foi o indeferimento de processos relativos à memória e reparação das vítimas dos tempos tenebrosos da repressão política, assim como, também, o rebaixamento dos esforços na localização e identificação dos desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia.

O Brasil precisa se insurgir contra os retrocessos!

Mas, diante da crise política em curso e da necessidade da retomada do caminho democrático, um notícia emerge como um bálsamo: o esforço realizado pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) no sentido de tombar a “Casa Azul”, localizada em Marabá, um dos maiores centros clandestinos de liquidação física de opositores aos tirânicos e estreludos generais que subverteram a vida brasileira entre 1964 até 1985.

O intento da Unifesspa é uma fundamental trincheira na luta contra o obscurantismo e em defesa da memória das vítimas de tão opressor regime.

Daqui, diante das margens heroicas dos gigantes Araguaia e Tocantins é que firmamos que estamos imanados na luta pelo Fora Temer e Diretas Já, caminho seguro para a verdadeira emancipação dos brasileiros.

Fora Temer! Diretas Já!

Marabá, 20 de maio de 2017.

Partido Comunista do Brasil

Instituto Paulo Fonteles de Direitos Humanos

Associação dos Torturados na Guerrilha do Araguaia

Fundação Mauricio Grabois

Fonte: **Portal Vermelho**

[Enviar para impressão](#)